

RELATÓRIO

ASSEMBLEIA FISCALIZA

EDIÇÃO JUNHO 2022

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Sumário

1. Introdução	3
2. Assistência Social	4
Piso Mineiro de Assistência Social - regularidade e avanços	5
Recupera Minas - Repasses	5
BDMG Habitação	6
Rede Cuidar	6
Transferências de Renda: Auxílio Emergencial 2021 - Força Família, Renda Minas e Bolsa Merenda	7
3. Trabalho e Emprego	9
Qualificação Profissional	9
Minas Reciclando Atitudes	9
Empreenda Jovem	10
Projeto Ponte Digital	10
Programa de Educação Profissional da Bacia do Paraopeba	11
Curso de Qualificação Profissional - Parceria com o Senac Minas	11
Retorno das Feiras Regionais de Economia Popular Solidária	11
Mapa de Demandas por Educação Profissional	12
4. Políticas para Mulheres	13
Minas Programando	13
Banco de Empregos - A Vez Delas	13
Centro Risoleta Neves de Atendimento (Cerna)	14
Campanha Mulheres Diversas - Das Minas para o Mundo	15
Ônibus Lilás	16
5. Enfrentamento à Pobreza - Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia	18
Aproximação SUAS	19
Trajeto Renda	19
Trajeto Moda	20
Moradas Gerais	21
Acesso à Água	21
Raízes de Minas	22
6. Programas de Esportes	23
JEMG e e-JEMG	23
JIMI Paradesporto	23
ICMS Esportivo	24
Lei de Incentivo ao Esporte	24
Geração Esporte	24
Melhor Geração	25
Capacitações dos Gestores Municipais de Esporte	25
7. Direitos Humanos	26
Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA)	26
Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos (SER-DH)	26
Centro Integrado de Atendimento à População em Situação de Rua	27
Ações da Coordenadoria de Promoção da Cidadania LGBTQIA+	28
8. Políticas sobre Drogas	30
Plano Mineiro Intersetorial de Políticas sobre Drogas	30

9. Planos Estaduais	32
Plano Estadual de Combate à Pobreza - 2022-2023	32
Plano Estadual de Políticas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais	32
Plano Estadual da Primeira Infância	33
10. Execução das Emendas Estaduais	35

1. Introdução

O ano de 2022 trouxe desafios e adversidades que, assim como a pandemia, exigiram da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social (Sedese) uma resposta rápida e efetiva na condução das pautas de Assistência Social, Trabalho e Emprego, Direitos Humanos, Esportes, Políticas sobre Drogas, Segurança Alimentar e Habitação. Com as experiências exitosas do Bolsa Merenda, Renda Minas e do Auxílio Emergencial Mineiro - Força Família, a Secretaria está apta a lidar com problemas complexos e a direcionar precisamente seus recursos e esforços em busca de soluções.

Exemplo desta expertise ocorreu na força tarefa de resposta aos danos causados pelas intensas chuvas que impactaram o Estado no período de 01/12/2021 a 17/01/2022, com a criação do Programa Recupera Minas. Foram destinados mais de R\$ 94 milhões à população desabrigada ou desalojada dos 231 municípios em estado de calamidade pública, via repasses fundo a fundo. Além disso, em parceria com o BDMG, foram disponibilizados aos municípios mais de R\$ 200 milhões para financiamento da construção e reconstrução de casas, por meio do BDMG Habitação.

O Programa Estratégico Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia, que abrange os 73 municípios de menor Índice de desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, avançou para sua quarta etapa, interligando ações da Assistência Social, Trabalho e Emprego, Habitação, Esportes e promovendo articulações com órgãos parceiros, como o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais (Emater).

A empregabilidade da mulher em situação de vulnerabilidade é o foco do Projeto Trajeto Moda, ação do Percursos Gerais que integra a proteção e garantia dos Direitos Humanos à geração de renda. O projeto é destinado a mulheres, em especial vítimas de violência doméstica, tendo a formação e a empregabilidade como proposta para a reinserção social, articulando Direitos Humanos e Trabalho. Parcerias com mais de 30 municípios estão em vias de formalização para a expansão do projeto.

O esforço das equipes e o perfil inovador da Secretaria foram fundamentais para o cumprimento de suas competências, como a garantia da proteção social e a segurança alimentar das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para resposta tempestiva às situações emergenciais.

Constam neste Relatório estas e outras entregas da Sedese de janeiro a maio de 2022, com destaque para as realizações mais relevantes para o fundamental diálogo entre os poderes Executivo e Legislativo, como será apresentado a seguir em cada seção destacada.

2. Assistência Social

Piso Mineiro de Assistência Social - regularidade e avanços

O Piso Mineiro de Assistência Social tem como objetivo apoiar financeiramente os municípios no aprimoramento das ações de assistência social, cumprindo uma das principais competências estabelecidas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para a esfera estadual, que é a de apoiar técnica e financeiramente os municípios na estruturação e implantação de ações de assistência social. Trata-se de política destinada ao custeio de serviços socioassistenciais via transferência aos fundos municipais, em conta específica, dividido em parcelas mensais ao longo do ano.

Em 2022, a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) aprovou a nova base de cálculo de repasses para os municípios, que foi deliberada no Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas), alterando o valor de R\$ 2,20 para R\$ 2,40 por família cadastrada no CadÚnico, sendo que os repasses a partir de maio já contemplam o ajuste. Além disso, houve uma atualização da base de dados do CadÚnico, que aumentou o número de famílias beneficiadas de 1.907.046 para 2.791.280.

Os pagamentos do Piso Mineiro da Assistência Social Fixo têm sido mantidos em dia, totalizando, até junho de 2022, o montante de aproximadamente R\$ 18 milhões, destinados aos municípios em situação de regularidade no Cadastro Geral de Convenentes (Cagec), nas prestações de contas e com o plano de serviços do Piso Mineiro aprovado. Até o fim do ano, está previsto um repasse total de mais de R\$ 72 milhões.

Tais avanços são significativos e ganham especial importância ao analisarmos a série histórica: desde 2015 o Piso Mineiro não era pago de forma regular, sendo esta uma conquista desta gestão, que regularizou os pagamentos de 2019, 2021 e 2022.

Recupera Minas - Repasses

O Recupera Minas é um programa criado pelo Governo de Minas Gerais, por meio da Sedese, para buscar minimizar os impactos das fortes chuvas que ocorreram no Estado entre 01/12/2021 e 17/01/2022. A partir do reconhecimento da situação de emergência ou do estado de calamidade pública em diversos municípios, foram repassados recursos para atender a população atingida, com um valor máximo de R\$ 1,2 mil por pessoa desabrigada ou desalojada, registrada no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID), do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O objetivo dessa transferência fundo a fundo é auxiliar os municípios na superação das desproteções sociais vivenciadas pela população atingida, sendo que o montante total de transferências é de quase R\$ 95 milhões, divididos em três parcelas, dos quais mais de R\$ 84 milhões já foram repassados. Inicialmente, o programa atendeu 216 municípios que registraram sua situação no S2ID até 17/01/2022, mas os casos notificados até 10 dias depois do ocorrido

também foram contemplados após análise da Defesa Civil, ampliando o número para 231 municípios. A terceira parcela está condicionada à finalização do Plano de Serviços pelos municípios, que deve ser aprovado pelos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e autorizado pela Sedese.

O benefício eventual tem sido a opção mais sinalizada para uso do recurso pelos municípios que já apresentaram o plano de serviço. Neste caso, uma possibilidade é a transferência direta da verba para a conta corrente do beneficiário. Os recursos do Recupera Minas também podem ser usados nas provisões voltadas para o serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergência.

BDMG Habitação

O BDMG Habitação é uma modalidade do programa Recupera Minas, fruto de uma parceria entre a Sedese e o BDMG, com o objetivo de habilitar municípios para o recebimento de financiamento destinado à construção ou reconstrução de moradias populares em cidades afetadas pelas chuvas que ocorreram no Estado entre 01/12/2021 e 17/01/2022, as quais serão doadas às famílias atingidas. Para a liberação dos recursos, os municípios devem seguir algumas etapas, como o envio de leis específicas e o Pedido de Verificação de Limites e Condições, pela Secretaria do Tesouro Nacional. Após parecer favorável e contratação, os projetos devem ser entregues e seguir para aprovação pelo BDMG. O recurso será desembolsado apenas após processo licitatório realizado pelos municípios que seguirem todas as etapas.

Os recursos, da ordem de R\$ 200 milhões, são aportados pelo Estado e disponibilizados via financiamento do BDMG às prefeituras que decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública. A previsão de construção e reconstrução de moradias é de aproximadamente 2.800 casas em todo o Estado de Minas Gerais, destinadas à população desabrigada nos municípios afetados. Até maio de 2022, 51 municípios estavam com o processo em andamento, dos quais 8 em processo de habilitação e 43 em etapa de análise.

Rede Cuidar

O programa de aprimoramento da Rede Socioassistencial do SUAS, Rede Cuidar, instituído pela Lei nº 22.597/2017, tem por objetivo promover ações de apoio à Rede Socioassistencial no Estado, por meio do incentivo financeiro, assessoramento técnico e qualificação continuados, com a finalidade de fortalecer a Rede Socioassistencial do SUAS e aprimorar os seus programas, projetos, benefícios e serviços de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos. O decreto da Rede Cuidar foi alterado para dar mais transparência e padronização às parcerias do Programa.

Somando as rodadas dos anos de 2021 e 2022, o programa Rede Cuidar irá destinar o valor de mais de R\$ 32 milhões para a Rede Socioassistencial definida, com o intuito de beneficiar até 300 unidades socioassistenciais. São mais de R\$ 7 milhões provenientes da Loteria do Estado de Minas

Gerais (LEMG) e R\$ 25 milhões referentes a recursos recebidos via acordo com a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG).

Em 2021, foram celebrados financiamentos a 76 unidades da rede socioassistencial. Em 2022, por sua vez, estima-se a celebração/pactuação de financiamento a até 60 unidades de acolhimento para todos os públicos e a 27 municípios e entidades que ofertam o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. O restante do recursos será executado em 2023. As 76 unidades já contempladas em 2021 são divididas da seguinte forma:

- 26 Centros Pop
- 15 unidades voltadas a adultos e famílias
- 7 unidades voltadas a crianças e adolescentes
- 2 unidades voltadas a Pessoas com Deficiência
- 1 unidade voltada a mulheres em situação de violência doméstica ou familiar
- 25 unidades voltadas a pessoas idosas

Além do apoio financeiro às unidades de acolhimento, a Rede Cuidar também contempla os Centros Pop, que são equipamentos de execução direta dos municípios, com realização de apoios técnicos por parte da Sedese quando há demanda (13 em 2021), além de agenda permanente para as 22 Diretorias Regionais sobre o tema População em Situação de Rua.

As pessoas que estão em unidades de acolhimento para pernoite ou moradia provisória também podem ser atendidas no Centro Pop, sendo que a falta de documentação não impede a realização do atendimento. Inclusive, uma das ações ofertadas no Centro Pop é o apoio para acesso ou regularização da documentação pessoal. O endereço do Centro Pop pode ser usado como referência para inserção no CadÚnico para acesso a benefícios socioassistenciais e para processos de seleção para vagas de emprego.

Transferências de Renda: Auxílio Emergencial 2021 - Força Família, Renda Minas e Bolsa Merenda

Em outubro de 2021, buscando a continuidade de ações que visam garantir a proteção social, em parceria com a ALMG, a Sedese realizou o pagamento do Auxílio Emergencial Mineiro, benefício financeiro temporário destinado às famílias que se encontram em situação de extrema pobreza, como medida excepcional de enfrentamento às consequências econômicas e sociais da pandemia da Covid-19.

O Programa Força Família, que foi criado pela Lei nº 23.801/2021, consiste no pagamento de R\$ 600,00, em parcela única, às famílias em situação de extrema pobreza, cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) até a data de publicação da lei. Famílias em situação de extrema pobreza são aquelas que possuem renda per capita mensal cadastrada no CadÚnico de até R\$ 89,00 (atualmente, a situação de extrema pobreza é caracterizada pela renda per capita menor ou igual a R\$ 105,00).

O Programa atendeu mais de um milhão de famílias em situação de extrema pobreza cadastradas no CadÚnico até 22/05/2021, com beneficiários em todos os municípios de Minas Gerais, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 650 milhões oriundos do Fundo Estadual de Erradicação da Miséria (FEM). O pagamento do benefício começou em 14/10/2021 e finalizou no dia 29/10/2021, tendo sido a data de pagamento às famílias estabelecida de acordo com o mês de nascimento do Responsável Familiar.

Desde o início da pandemia, em 2020, o Governo de Minas, por meio da Sedese, investiu também R\$ 91 milhões para o pagamento do programa Bolsa Merenda a 335 mil famílias. Esta ação contou com a parceria do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Além disso, houve o aporte de mais de R\$ 321 milhões no programa Renda Minas, que contemplou aproximadamente 2,5 milhões de pessoas e mais de 960 mil famílias.

A expertise adquirida com os pagamentos dos Programas Renda Minas e Bolsa Merenda foi fundamental para realizar o pagamento do Auxílio Emergencial Mineiro com sucesso.

3. Trabalho e Emprego

Qualificação Profissional

A Fundação de Educação para o Trabalho (Utramig), entidade vinculada à Sedese, oferta cursos técnicos e cursos de qualificação profissional nas modalidades presencial e à distância. Em 2022, 3.627 vagas serão ofertadas, sendo 772 em cursos técnicos e 2.855 em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). O orçamento para a execução dessas vagas foi de mais de R\$ 5,6 milhões. Ao todo, serão 8 cursos técnicos e 37 cursos profissionalizantes (FIC). Em 2022, as aulas e os estágios supervisionados foram retomados presencialmente.

Minas Reciclando Atitudes

Por meio do serviço técnico de mapeamento, acompanhamento e assessoramento, o projeto “Minas Reciclando Atitudes - Repensando o Futuro 2022” tem o objetivo de contribuir para a promoção da inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis, prioritariamente os que atuam nos lixões ou nas ruas, bem como aqueles que se encontram em associações e cooperativas, fortalecendo os processos de coleta seletiva e oportunizando a melhoria de condições de vida, trabalho, renda e acesso a políticas públicas. Além disso, contempla a implantação da coleta seletiva nos 30 municípios mineiros beneficiados.

O projeto visa beneficiar 1.200 catadores de materiais recicláveis, sendo 840 que trabalham nas ruas e/ou lixões e 360 atuantes em associações e/ou cooperativas, e prevê um orçamento de R\$ 1.980.000,00 para contratação de serviços técnicos de mapeamento, acompanhamento e assessoramento para a promoção da inclusão socioprodutiva de catadores de materiais recicláveis.

Até o momento, foram realizados quatro encontros de atualização metodológica e formação dos comitês gestores do projeto, o qual contou com a presença de servidores municipais e representantes de catadores de materiais recicláveis e da sociedade civil, vinculados à gestão de resíduos sólidos dos municípios participantes. Na sequência, será iniciada a etapa de mapeamento, levantamento de dados e diagnósticos nos municípios.

Além da inclusão social e econômica dos catadores, o projeto prevê como resultados a consolidação e o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários e de redes de cooperação solidárias; a elaboração de Planos da Coleta Seletiva e a mobilização da população local quanto à sua importância; a difusão dos conhecimentos gerados para o fortalecimento dos agentes envolvidos na gestão integrada dos resíduos sólidos; a regularização da situação jurídica de associações e cooperativas de catadores; e o aumento dos resíduos reciclados.

Empreenda Jovem

O Projeto Empreenda Jovem é uma iniciativa do Governo de Minas Gerais, com o objetivo de ofertar vagas em cursos de qualificação profissional para a formação e o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao empreendedorismo. O público-alvo do projeto são os jovens, prioritariamente com ensino fundamental completo e idade de 18 a 29 anos, em situação de vulnerabilidade social. O projeto tem abrangência municipal e conta com um orçamento de mais de R\$ 500 mil, sendo que sua viabilização ocorrerá a partir da contratação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), instituição especializada de ensino e qualificação profissional, para a oferta de 31 turmas, beneficiando um total de 1.240 jovens (considerando aproximadamente 40 alunos por turma).

As inscrições iniciaram em outubro de 2021, com vagas gratuitas para os cursos de Assistente Administrativo, Assistente de Logística, Comprador, E-Commerce, Estoquista, Promotor de Vendas, Representante Comercial, Vendedor e Web Designer, na modalidade remota e, quando não for possível, no formato presencial. Os 28 municípios contemplados nesta ação são pertencentes às seguintes mesorregiões: Metropolitana, Campo das Vertentes, Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, Norte de Minas, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Zona da Mata e Mucuri, sendo eles: Barbacena, Betim, Bocaiúva, Capelinha, Caratinga, Confins, Conselheiro Lafaiete, Coronel Fabriciano, Diamantina, Governador Valadares, Ipatinga, Itamarandiba, Janaúba, Juiz de Fora, Lavras, Nanuque, Nova Lima, Patos de Minas, Pirapora, Salinas, Santa Luzia, São João Del Rei, Teófilo Otoni, Timóteo, Ubá, Uberaba, Uberlândia e Viçosa. Até o momento, foram concluídas 22 turmas, com 342 pessoas certificadas, sendo que há uma turma em andamento e outras oito a iniciar.

Projeto Ponte Digital

O projeto “Ponte Digital” objetiva facilitar o acesso do trabalhador aos serviços digitalizados do Sistema Nacional de Emprego (Sine), disponibilizados por meio de plataforma web e lojas virtuais pelo Ministério da Economia. Essa nova modalidade de atendimento beneficia o trabalhador em vários aspectos, incluindo a praticidade do atendimento, evitando a necessidade de deslocamento, e acompanhamento em tempo real do status do atendimento, seja para uma vaga de emprego, postagem de seguro desemprego ou emissão de carteira de trabalho.

Visando a ampla divulgação dessas funcionalidades, e entendendo que nesse contexto parte da população é excluída pela dificuldade de acesso aos ambientes virtuais, considerou-se a necessidade de implementação do projeto pela Sedese, por meio da equipe técnica da gestão do Sine. Dessa forma, a equipe fornece o apoio técnico necessário para capacitar os agentes locais para divulgar os serviços e orientar a população.

O projeto vem sendo desenvolvido por meio de parcerias com as prefeituras municipais. No período de janeiro a maio de 2022, foram realizados 640 atendimentos aos trabalhadores, em 9 unidades implantadas: Serra do Salitre, Engenheiro Navarro, Guaraciama, Francisco Dumont, Planura, Campo Florido, São Brás do Suaçuí, Rio Branco e Catas Altas.

Programa de Educação Profissional da Bacia do Paraopeba

O “Programa de Educação Profissional da Bacia do Paraopeba” foi desenvolvido para a mitigação dos impactos do rompimento da barragem de Brumadinho em relação à situação ocupacional e do nível de renda da população atingida. A iniciativa tem como objetivo contribuir para a inclusão produtiva da população em idade ativa por meio da oferta de cursos de qualificação profissional, visando contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à inserção em oportunidades de trabalho e de geração de renda. A estimativa inicial prevê a oferta de 5.850 vagas em cursos de qualificação profissional em 25 municípios.

A equipe técnica da Sedese concluiu, em maio de 2022, as ações que estavam sob sua jurisdição: a elaboração dos diagnósticos socioeconômicos dos municípios e a elaboração de documento orientador para atuação da Vale e entidade prestadora de serviços de qualificação profissional.

Nos diagnósticos socioeconômicos, foram contextualizadas questões socioeconômicas de cada um dos 25 municípios e identificados os públicos e as atividades econômicas a serem priorizados em nível local, bem como reunidas sugestões de cursos com base no Mapa de Demandas por Educação Profissional. É importante ressaltar que, foram realizadas 6 reuniões de escuta junto aos municípios, para a obtenção de contribuições de atores locais em relação aos diagnósticos construídos.

Curso de Qualificação Profissional - Parceria com o Senac Minas

Mediante o Acordo de Cooperação Técnica estabelecido entre a Sedese e o Senac Minas, foram disponibilizadas 675.040 horas em cursos de qualificação profissional no âmbito do Programa Senac Gratuidade, para municípios interessados, cujas demandas foram validadas pela Sedese. A iniciativa prevê o atendimento de aproximadamente 130 municípios, com priorização e suporte aos programas Trajeto Renda e Trajeto Moda. Estima-se atender 3.500 pessoas em situação de vulnerabilidade social, com renda familiar de até 2 salários mínimos.

Retorno das Feiras Regionais de Economia Popular Solidária

Em 2022, houve o retorno da execução de Feiras Regionais de Economia Solidária nas 15 regiões estabelecidas pela sociedade civil, por meio do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. Essas feiras visam a promoção da economia solidária nas regiões do Estado, por meio de espaços de comercialização e atividades de formação que ajudam a fortalecer os empreendimentos nos municípios. Como beneficiários, tem-se 30 empreendimentos econômicos solidários para cada uma das 15 feiras, totalizando 450 empreendimentos, e um orçamento de R\$ 435 mil.

Até o momento, foram realizadas as feiras em João Monlevade, Poços de Caldas, Montes Claros, Governador Valadares, Juiz de Fora e Januária. A previsão é que nos meses de novembro e dezembro de 2022 aconteçam as feiras em Belo Horizonte, Uberlândia, Paracatu e Buritizeiro.

Mapa de Demandas por Educação Profissional

O Mapa de Demandas por Educação Profissional é uma iniciativa que busca contribuir para o alinhamento entre a oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional (Formação Inicial Continuada - FIC) e a demanda dos diferentes setores econômicos, identificando os cursos que atendem às ocupações que estão em alta no país. Fruto de uma parceria entre a Sedese e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), o Mapa de Demandas tem como objetivo principal indicar, para cada mesorregião do país, cursos técnicos e de qualificação profissional que estejam alinhados à dinâmica do mercado de trabalho local, isto é, cursos que sejam compatíveis com a demanda por profissionais nesses lugares.

Por meio de uma análise dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o Mapa de Demandas captura tendências estruturais do mercado de trabalho formal brasileiro e aponta os cursos (técnicos e FIC) associados às famílias ocupacionais mais prósperas, ou seja, cuja demanda tem apresentado tendência de crescimento nos últimos anos.

No que diz respeito ao processo de planejamento da política de educação profissional no âmbito da Sedese, as indicações do Mapa foram determinantes no processo decisório para escolha e distribuição de 3.110 vagas em cursos de qualificação profissional FIC, em oferta ou a serem ofertadas nos exercícios 2022 e 2023.

Faz-se importante destacar que o Mapa de Demandas é uma das ferramentas de identificação de necessidades de formação profissional utilizadas por atores institucionais externos, como o Ministério da Educação, Institutos Federais e entidades pertencentes ao Sistema S, e demais órgãos do Poder Executivo do Governo do Estado de Minas Gerais.

Destaca-se a utilização do Mapa pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) no planejamento da oferta de cursos de formação profissional e técnica de nível médio, sob a égide do programa Trilhas de Futuro. Cruzando-se o planejamento de cursos a serem ofertados pelo programa e os resultados do Mapa de Demandas, percebe-se grande convergência entre as indicações constantes no Mapa e as escolhas tomadas pela SEE, à medida que, das 40 mil vagas com previsão de oferta em 2022, mais de 30 mil constam como demandas identificadas para a Mesorregião a que pertencem.

4. Políticas para Mulheres

Minas Programando

O projeto Minas Programando é uma iniciativa do Governo de Minas Gerais que contempla a oferta de vagas em cursos de qualificação profissional na área de tecnologia da informação para mineiros e mineiras.

O projeto tem o objetivo de promover a inclusão digital e produtiva de públicos em situação de vulnerabilidade social e espera qualificar 2.000 pessoas, prioritariamente mulheres, até o final de 2022, em cursos com cargas horárias entre 160 e 280 horas/aula. Além das atividades de formação profissional, o projeto abarca ações voltadas ao desenvolvimento de habilidades e aptidões comportamentais, workshops com orientação profissional e vocacional, mentoria para o desenvolvimento de carreira, entre outras atividades de apoio aos beneficiários.

Destaca-se a parceria com a SEE e contratação do Senac para abertura de 1.620 vagas (54 novas turmas), para atender prioritariamente 16 municípios: Araxá, Belo Horizonte, Betim, Contagem, Coronel Fabriciano, Divinópolis, Extrema, Ipatinga, Itajubá, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre, São João Del Rei, Sete Lagoas, Uberaba e Uberlândia. Entre as 54 turmas contratadas no instrumento jurídico firmado junto ao Senac no final de 2021, 46 já foram iniciadas.

Os cursos disponibilizados até o momento são:

- I. Operação de Computador;
- II. Programação Web;
- III. Administração de Banco de Dados;
- IV. Desenvolvimento de Jogos Eletrônicos;
- V. Programação de Dispositivos Móveis;
- VI. Programação de Sistemas;
- VII. Administração de Redes.

Banco de Empregos - A Vez Delas

O Banco de Empregos - A Vez Delas é um projeto do Governo de Minas que visa fomentar a inclusão de mulheres em situação de violência doméstica no mercado de trabalho, por meio da disponibilização de uma ferramenta virtual que as conecta a vagas de emprego das empresas parceiras, a fim de que possam alcançar autonomia financeira e romper com o ciclo de violência.

O projeto nasceu a partir da aprovação da Lei nº 23.680/2020, que dispõe, entre outras coisas, sobre a criação de banco de empregos para mulheres vítimas de violência, e foi regulamentado pelo Decreto nº 48.312/2021.

A viabilização do projeto conta com parcerias do setor privado, como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), além de órgãos públicos que compõem a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres de Minas Gerais.

A Sedese, por meio da Subsecretaria de Direitos Humanos (SUBDH) e da Subsecretaria de Trabalho e Emprego (SUBTE), realizou, inicialmente, um trabalho de pesquisa sobre políticas similares executadas em outros Estados e municípios no intuito de subsidiar as ações da Secretaria na construção e implantação de um banco de empregos destinado às mulheres vítima de violência doméstica.

O projeto atua por meio do [SER-DH/SIMA Mulher](#), ferramenta virtual da Sedese. De um lado, as empresas parceiras do projeto fazem o cadastro de vagas de emprego no sistema. Do outro, equipamentos de proteção à mulher em situação de violência doméstica fazem o cadastro dos currículos de mulheres acolhidas que desejam encontrar um trabalho. O sistema realiza o cruzamento das informações cadastradas e a combinação (“*match*”) de currículos e vagas compatíveis.

Além disso, o projeto atua nos seguintes eixos:

- I. Eixo de articulação com empresas e instituições do setor produtivo e de serviços:
 - Marketing positivo para ações de inclusão e diversidade nas empresas;
 - Promoção de diversidade na cultura organizacional;
 - Interesse estratégico do governo no estímulo e inserção profissional das mulheres.
- II. Eixo de capacitação para os profissionais dos RHs:
 - Sensibilização das equipes e desenvolvimento de um olhar inclusivo nas contratações;
 - Necessidade de compreensão do fenômeno da violência de gênero e seu reflexo no mercado de trabalho.
- III. Eixo de empregabilidade feminina em fluxo contínuo:
 - Disponibilização de plataforma de acesso facilitado com fluxo contínuo de vagas;
 - Monitoramento do status das vagas.

Desde o lançamento, 56 currículos de mulheres foram cadastrados e 6 empresas aderiram ao projeto, tornando-se parceiras. Desses, 40 currículos e 4 parcerias foram contemplados em 2022. Assim, o Banco conta com currículos de mulheres dos municípios de Belo Horizonte, Barão de Cocais, Contagem, Moeda, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Uberlândia, Juatuba e Vespasiano.

Centro Risoleta Neves de Atendimento (Cerna)

Instituído pelo Conselho Estadual da Mulher, em 16/12/2004, o Centro Risoleta Neves de Atendimento (Cerna) é um equipamento público que tem como diretriz principal proporcionar orientação, acompanhamento e prestação de atendimento psicossocial às mulheres em situação de violência de gênero, nos âmbitos doméstico e/ou familiar, visando o rompimento do ciclo de violência vivido. O Cerna fortalece a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

de Minas Gerais, considerando os dispositivos legais como a Lei Federal nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, a Lei Estadual de nº 22.256/2016, que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado de Minas Gerais e, ainda, com o que está estabelecido no Eixo 2 - Enfrentamento à violência contra a mulher, do Plano Decenal de Política para as Mulheres - 2019 a 2029.

Entendendo que a mulher em situação de violência está em condição de violação de direitos humanos, o Cerna atua no intuito de contribuir para superação da situação de violência de gênero, fomentando entre os serviços da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher de Minas Gerais a garantia da proteção e promoção dos direitos dessas vítimas, bem como a reparação de direitos violados. Além disso, considerando o papel precípua do Estado, como ente federado e a promoção da descentralização de serviços e a prestação de apoio técnico e financeiro aos municípios, o Cerna atua nos eixos de:

- I. Capacitação técnica das Redes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres locais;
- II. Articulação da Rede Estadual de enfrentamento à violência contra mulher;
- III. Fomento à geração de informação e produção de conhecimento acerca da violência contra mulher no seu enfrentamento.

O Cerna pode atender qualquer município do Estado, seja pela atuação direta junto às mulheres em situação de violência ou por assessoria técnica aos municípios. Ao atender um caso, em qualquer município de Minas Gerais, o Cerna realiza a discussão junto às redes locais, a fim de promover a formação de equipes técnicas nas diversas políticas públicas envolvidas no atendimento adequado às mulheres em situação de violência.

Atualmente, os atendimentos psicossociais estão sendo prestados em formato híbrido, respeitando as preferências de cada usuária: virtual, por meio de vídeo chamadas e ligações telefônicas, ou presencial, em salas individuais na Casa de Direitos Humanos (CDH).

Em 2022, de janeiro a maio, 90 novos casos de violência foram registrados e são monitorados pelo Cerna, que atendeu, por meio de 757 atendimentos/acompanhamentos, neste período, 133 mulheres.

Campanha Mulheres Diversas - Das Minas para o Mundo

A campanha educativa “Mulheres Diversas - das Minas para o Mundo” foi lançada pela Sedese em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, celebrado anualmente em 8 de março, com o objetivo de dar visibilidade às múltiplas vivências das mulheres. Durante todo o mês, as pautas referentes ao gênero feminino foram abordadas, de modo transversal, por meio de diversas intervenções que discutiram estratégias para superar a desigualdade de acesso a direitos e a políticas públicas, e para a afirmação da cidadania e de oportunidades no mercado de trabalho e no esporte para mulheres.

As atividades começaram no dia 7 de março, com a publicação do texto “Mulheres e a produção do conhecimento”, no Portal SER-DH, e a abertura das inscrições para o Webinário “Mulheres Diversas: Diálogos sobre Identidades e Vivências”, que teve como objetivo debater as vivências de múltiplas mulheres: mulheres negras e de povos tradicionais, praticantes de religiões de matriz africana, pessoas com deficiência e transtornos neurodivergentes, idosas, atletas, mulheres que sofrem com alcoolismo, vivências de meninas, adolescentes e mulheres em situação de rua. Os encontros foram conduzidos pela Coordenadoria da Política dos Direitos das Mulheres.

No dia 8 de março, houve a “2ª Carreata pela Vida das Mulheres”, em parceria com a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulheres de Minas Gerais (Rede MG) e a abertura das inscrições para o “Curso de Formação em Direitos das Mulheres”, que contou com 2.500 vagas disponibilizadas por meio do Portal SER-DH.

Em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas, foi realizado o ciclo de debates “Sempre Vivas - Mulheres e Política: por representatividade, justiça e respeito”. Nos dias 8 e 9 de março, os painéis abordaram os obstáculos para a mulher alcançar representatividade na esfera jurídica; violência e machismo institucional; e os desafios e consequências da pandemia.

Ademais, diversas ferramentas que dão suporte ao debate e à estruturação de políticas públicas voltadas para mulheres foram lançadas no período. Em parceria com a Subsecretaria de Trabalho e Emprego (SUBTE), foi publicada a 2ª edição do “Catálogo de Oportunidades de Qualificação, Geração de Renda e Desenvolvimento de Liderança para as Mulheres”. Juntamente com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), foi disponibilizado um infográfico sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, no âmbito do Observatório do Trabalho.

Além disso, houve a publicação de um diagnóstico, elaborado em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP) com o tema “Abrigos para mulheres em situação de violência e risco de morte em Minas Gerais: modos de funcionamento e principais características”, sobre a situação das casas-abrigo em Minas Gerais, e a realização de um workshop em parceria com o Governo Federal sobre educação financeira para mulheres.

Ônibus Lilás

O Ônibus Lilás é uma unidade móvel de atendimento às mulheres que leva serviços de orientação, acolhimento e prevenção da violência contra a mulher às localidades mais distantes, como assentamentos, aldeias indígenas, comunidades rurais e quilombolas. A ação abrange todo o território estadual, sendo que a seleção dos municípios segue as características regionais, de acordo com os seguintes critérios:

- I. Localidades com comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhas, ciganos, entre outras), acampamentos, assentamentos e/ou trabalhadoras rurais;
- II. Altas taxas de violência doméstica e familiar contra as mulheres;
- III. Localidades que não possuam equipamentos de atendimento à violência contra a mulher;

IV. Municípios que integram o Programa Estratégico “Percurso Gerais: Trajetória para Autonomia”, compostos por aqueles com menor IDH de Minas Gerais.

Em 2022, foram realizadas três caravanas que contemplaram os municípios de Itinga, Novo Cruzeiro e Padre Paraíso, contando com a participação de 387 pessoas, no total. A previsão é de que mais duas caravanas sejam realizadas até o fim do ano, totalizando 18 caravanas realizadas desde o início do projeto, em 2019, com a participação total estimada de 2.000 pessoas.

5. Enfrentamento à Pobreza - Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia

O Programa Estratégico “Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia” é parte da estratégia do Governo de Minas Gerais que desenvolve ações direcionadas aos principais problemas sociais vividos nas regiões mais vulneráveis do Estado. O programa busca direcionar projetos que contribuam para que as famílias e indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza possam sair da condição de vulnerabilidade e caminhar em direção à autonomia por meio da geração de renda, sendo executado em quatro etapas, a começar pelas regiões com maior concentração de municípios vulneráveis. Ao todo, serão atendidos 73 municípios com baixo IDH.

Nesta Trilha rumo à autonomia, às famílias beneficiadas são ofertadas ações que asseguram suas **condições básicas** de vida, como o acesso à água por meio da implantação de Sistemas Integrados de Abastecimento de Água, ações de **transição**, que realizam orientações e propiciam os meios para uma melhor condição de vida, como o Trajeto Renda e o Trajeto Moda, até a efetiva **geração de renda**, que já ocorre em mais de 300 empreendimentos no Vale do Mucuri. Neste caminhar, o apoio à rede socioassistencial municipal é imprescindível, e cabe ao Aproximação SUAS orientar a **gestão municipal** para o alcance às famílias mais vulneráveis.

Percursos Gerais - Listagem de Regionais por etapa

2019 (Etapa I) - 16 Municípios Regional Teófilo Otoni	2020 (Etapa II) - 25 municípios (+9) Regional Salinas	2021 (Etapa III) - 47 municípios (+22) Regional Montes Claros Regional Diamantina	2022 (Etapa IV) - 73 municípios (+36) Regional Almenara Regional Governador Valadares Regional Muriaé Regional Araçuaí Regional Timóteo Regional Curvelo Metropolitana Regional São João Del Rei
---	---	--	---

Devido ao contexto imposto pela pandemia, o programa precisou passar por algumas adaptações e, como forma de prevenção e valorizando a saúde e segurança dos cidadãos e servidores públicos municipais e estaduais, as atividades presenciais do programa foram temporariamente suspensas. No entanto, com o avanço da vacinação, e a flexibilização das medidas de distanciamento social, foi possível que grande parte das entregas ocorresse de forma presencial, garantindo, assim, o andamento do programa e alinhamento entre o Estado e municípios envolvidos.

Entregas realizadas em 2022, de janeiro a junho:

- Realização da Reunião Técnica com as Regionais Sedese Curvelo, São João Del Rei e Metropolitana - Apresentação do programa, suas etapas e estratégia de execução para as equipes locais, em formato presencial (fevereiro);

- Realização de Planejamento Local nas Regionais Sedese Almenara e Araçuaí - Validação do planejamento dos projetos com as equipes técnicas das gestões municipais, em formato presencial (março);
- Realização do Encontro de Gestores nas Regionais Sedese Salinas e Diamantina - Reuniões de acompanhamento de execução do programa, em formato presencial (junho);
- Realização da ação Encontros Gerais - Ação de facilitação para entrega de qualificações e oficinas de apoio técnico aos gestores e técnicos municipais, que contou com mais de 1.200 inscritos em 9 oficinas, em formato virtual (fevereiro, março, abril, maio e junho).

Aproximação SUAS

O Aproximação SUAS é um projeto que busca aperfeiçoar a implementação da política de assistência social nos 73 municípios mineiros com menor IDH e, sobretudo, promover a inclusão cadastral no CadÚnico e acompanhamento familiar pelos serviços socioassistenciais das famílias em situação de vulnerabilidade social residentes em áreas rurais e/ou de difícil acesso.

O projeto se divide em duas frentes de atuação: a primeira consiste na oferta de ações de apoio técnico aos municípios, com vistas a capacitar técnicos e gestores sobre os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; e a segunda consiste na transferência de recursos financeiros para os Fundos Municipais de Assistência Social, para apoiar as gestões municipais na estruturação de equipes volantes, bem como nas ações de inclusão e atualização cadastral no CadÚnico e trabalho social com famílias.

Em 2021, 47 municípios foram atendidos pelo projeto e cada um recebeu repasse financeiro no valor de R\$ 114.285,71, via fundo a fundo de assistência social. Os 26 municípios previstos para receberem os recursos em 2022 já terminaram o preenchimento dos Planos de Serviço e o pagamento do repasse financeiro está previsto para Junho.

Com os recursos, será possível adquirir bens de consumo, como material de escritório; bens permanentes, como computadores e veículos; e contratação de pessoal para ser alocado nos equipamentos socioassistenciais municipais. Além disso, em 2021 e 2022, foram realizadas ações de apoio técnico presencialmente, voltadas para os municípios atendidos em Teófilo Otoni, Diamantina, Salinas, Montes Claros, Almenara, Araçuaí, Governador Valadares e Muriaé.

Trajeto Renda

O projeto Trajeto Renda faz parte do eixo Geração de Renda, do Programa Estratégico “Percurso Gerais: Trajetória para Autonomia”, e prevê a execução de ações de formação e assessoramento diretamente ao público em situação de pobreza e extrema pobreza nas regiões mais vulneráveis do Estado, seja por meio da sua inserção no mercado de trabalho, do desenvolvimento das cadeias produtivas locais ou do estabelecimento de melhores alternativas de escoamento da produção.

A fase 1 do Programa está concluindo sua execução, com 16 municípios atendidos na Regional de

Teófilo Otoni e 3.027 pessoas contempladas em cursos e ações de assessoramento para produção e inserção nas dinâmicas de comercialização local. Adicionalmente, formalizou-se parceria com o Senac para a realização de cursos de qualificação, disponibilizando 17 turmas, que já atenderam 232 pessoas, totalizando 3.259 pessoas atendidas. Realizaram-se eventos regionais de fechamento, bem como avaliações de satisfação com os beneficiários, mediante pesquisa amostral, e o *feedback* apresentou um resultado positivo em relação ao projeto.

As fases 2 e 3 do programa já iniciaram sua execução em 31 municípios das Regionais Salinas, Diamantina e Montes Claros, e apresenta uma meta inicial de 4.583 pessoas diretamente contempladas por pelo menos um tipo de atendimento. Para a execução do projeto nas demais regiões previstas na fase 4 do Percursos Gerais, está sendo planejada a elaboração de instrumento de formalização ao longo do ano, de acordo com as etapas descritas acima.

Além deste trabalho junto ao público no nível local, a Sedese fomenta a construção de uma rede de parceiros com atuação nas regiões identificadas com maior vulnerabilidade social, com o envolvimento de instituições do poder público, terceiro setor e setor mercantil, com objetivo de direcionar esforços para o atendimento destas famílias. Entre as instituições envolvidas, até então, estão: Fetaemg, Ocemg, BNB, Senar, Sebrae, IFNMG, APJ, Cáritas, Senac e Unicafe. Além de acompanhar visitas técnicas para mapear e atender demandas dos grupos/empreendimentos, estas parcerias são essenciais nas atividades de assessoramento, buscando com essa ampla articulação a melhoria da produção e futura ampliação das alternativas de escoamento.

Trajeto Moda

O Trajeto Moda trata-se de um projeto inserido no âmbito do Programa Estratégico “Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia”, destinado a mulheres em situação de vulnerabilidade, em especial vítimas de violência doméstica da Região Norte do Estado, de cidades com baixo IDH.

O objetivo é ofertar capacitação em cursos na área de corte e costura, bem como a formação em empreendedorismo, liderança e administração financeira em negócios, no intuito de possibilitar a essas mulheres a promoção da autonomia pessoal, valorização da autoestima, desenvolvimento de autoconfiança e independência financeira.

O projeto piloto, executado de 02/08 a 12/11/2021, atendeu sete mulheres da Região Norte de Minas Gerais, residentes dos municípios de Teófilo Otoni, Salinas, Almenara, Montes Claros, Diamantina, Governador Valadares e Muriaé; e dez mulheres de Belo Horizonte, residentes da região do Aglomerado da Serra.

Na segunda etapa do projeto, que terá início no segundo semestre de 2022, a previsão é que alcance até 540 mulheres de diferentes municípios do Estado. A definição desses municípios está em fase de validação. A Sedese executará a interiorização do projeto nos municípios, a fim de estruturar células produtivas voltadas para a costura, para que mulheres de cada localidade possam participar e, posteriormente, gerar renda por meio do ofício aprendido. A próxima meta a

ser alcançada é a assinatura de Acordos de Cooperação Técnica com os 32 municípios contemplados.

Moradas Gerais

O projeto Moradas Gerais visa oferecer capacitações/cursos, orientações técnicas mediante atendimentos por regionais e/ou individualizados, além de documentos e leis para apoiar e fortalecer a capacidade técnica e gestora dos municípios na promoção da política habitacional local. Para isso, o Estado incentiva os municípios a estruturarem os três primordiais instrumentos para o aprimoramento do planejamento, gestão e controle da política local de habitação: o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), o Fundo e o Conselho Local de Habitação.

A estruturação desses instrumentos, além de permitir que o município amplie o conhecimento sobre suas demandas e planeje melhor as formas de atendê-las, aumenta as possibilidades de captação de recursos. Este último ponto também é um objetivo da ação, uma vez que, a partir das demandas específicas de cada município, a Sedese busca apoiá-los e assessorá-los na captação de recursos para promoção da política habitacional, seja do Governo Federal, em parcerias com órgãos cujas ações perpassam a política habitacional, entre outros.

Na Regional Teófilo Otoni (Etapa 1), com 16 municípios focalizados, foram elaborados 12 PLHIS e 2 ainda estão em elaboração. Os 9 municípios da Regional Salinas (Etapa 2), estão em fase de elaboração e os 12 da Regional Montes Claros e 10 de Diamantina (Etapa 3) estão sendo capacitados quanto aos conteúdos e assessorados para acesso à plataforma do Governo Federal, para iniciar a elaboração.

Acesso à Água

A finalidade do projeto de execução de Sistemas Integrados de Abastecimento de Água (SIAAs) é reduzir os preocupantes índices de vulnerabilidade social nos municípios prioritários do Programa Estratégico “Percurso Geral: Trajetória para Autonomia”, sobretudo nas suas áreas rurais, e proporcionar a municípios que também são da região de abrangência do Idene (Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce e Norte de Minas) melhores condições sanitárias e hídricas para o enfrentamento e combate à pandemia de Covid-19, possibilitando acesso à água potável e de qualidade, nestas regiões que historicamente sofrem com a estiagem. Em 18/11/2020, a Sedese, em parceria com o Idene, deu início à execução do Projeto para execução de 50 SIAAs, sendo que cada um tem a capacidade de beneficiar cerca de 20 famílias em um raio de 2 mil metros e, assim, cada residência passa a contar com um reservatório de água para atendimento das necessidades básicas dos moradores.

O recurso empregado na ação, originário da Fonte de Crédito Extraordinário para Combate à Pandemia, do Governo Federal, foi captado pela Sedese, e o Projeto Básico elaborado pelo Idene. Após processo licitatório, as empresas Apê Poços e FERMAQ foram contratadas para a execução dos SIAAs.

As obras foram realizadas pelas contratadas, fiscalizadas pelo Idene e monitoradas pela Sedese. Após a conclusão da obra, a energização fica a cargo da prefeitura municipal ou associação definida durante o trabalho social. A priorização dos municípios e seus quantitativos de SIAAs é realizada dentro da classificação dos que têm menores IDHs e Índice Mineiro de Vulnerabilidade (IMV), segundo ranking estabelecido pelo Observatório do Desenvolvimento Social de Minas Gerais, e o monitoramento de todas as ações é feito pelas Diretorias de Promoção de Política Habitacional e de Projetos Especiais.

A primeira fase do programa foi finalizada e 48 SIAAs foram concluídos, com obras entregues pelas empresas, sendo que 33 já foram pagos e 15 estão em vistoria. A contratação de 46 novos SIAAs está prevista para após o período eleitoral, com entrega prevista para 2023.

Raízes de Minas

O Raízes de Minas é um projeto realizado em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), desenvolvido dentro do Programa Estratégico “Percurso Gerais: Trajetória para Autonomia”. Por meio dele, busca-se o desenvolvimento da produção agrícola de modo sustentável, incluindo o auxílio ao processo produtivo e de escoamento da produção para os mercados institucionais, garantindo, assim, que as famílias atendidas pelo projeto tenham uma melhor condição de vida e de alimentação, e que possam gerar renda a partir dessa produção. Também compõe o Raízes de Minas as capacitações e o assessoramento aos gestores municipais do território abrangido pelo Percursos Gerais, para adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com o objetivo de instrumentalizar os municípios para enfrentar a fome e promover a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional de forma articulada, estratégica e sustentável.

Em 2022, foi feita a aquisição de 400 novos kits de irrigação, que atenderão famílias em situação de vulnerabilidade social das Regionais Teófilo Otoni, Salinas, Diamantina e Montes Claros, sendo 31 municípios contemplados. Os kits já foram adquiridos, estão devidamente acondicionados no galpão da Secretaria e serão entregues em 2023, tendo em vista as vedações eleitorais.

Ainda em 2022, está prevista a execução do projeto Apoio à Produção, no âmbito do Raízes de Minas, em parceria com a Emater, por sua grande experiência com os pequenos produtores e capilaridade em todo o Estado. Por meio desse projeto, objetiva-se distribuir kits básicos para produção agrícola para famílias em situação de vulnerabilidade social. Também serão realizadas, pela Emater, capacitações em agroecologia e técnicas de produção, além de informações sobre segurança alimentar e nutricional. Há previsão de atendimento a 29 municípios beneficiando 525 famílias com kits de insumos produtivos.

6. Programas de Esportes

JEMG e e-JEMG

Os Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) retornaram com a sua versão tradicional presencial da competição em 2022, após a suspensão das competições nos últimos dois anos (2020 e 2021), em virtude da pandemia da Covid-19. Pensando em manter as atividades no formato possível, durante o período de suspensão mencionado, a Sedese viabilizou o aditamento do instrumento de parceria para promoção de uma competição de jogos eletrônicos, o e-JEMG.

Em 2022, com a realização do JEMG em seu formato presencial, foi possível alcançar 90% dos municípios mineiros inscritos, totalizando 774 municípios com interesse em participar do maior evento esportivo-educacional do país. A etapa microrregional do evento teve sua execução entre os dias 02 de maio e 05 de junho, em 51 cidades-sede distribuídas entre as 6 regionais mineiras. Além disso, o evento possui datas confirmadas de realização da etapa regional, entre os dias 27 de junho e 03 de julho, em 6 cidades-sede do Estado. Já a etapa estadual aconteceu entre 06 e 09 de junho, contemplando as modalidades paralímpicas, em Belo Horizonte. No período que compreende 25 a 31 de julho, ocorrerão as modalidades coletivas e individuais em Uberaba.

O e-JEMG, por sua vez, com o objetivo de incentivar a prática desportiva eletrônica no meio estudantil, após o êxito de participação dos estudantes por meio desse formato em 2020 e 2021, acontecerá novamente em meados de novembro de 2022, paralelamente ao JEMG, com a expectativa de desenvolver o alcance da política pública do desporto educacional em Minas Gerais.

JIMI Paradesporto

Os Jogos do Interior de Minas (JIMI) consistem na mais tradicional competição esportiva do Estado, desenvolvida pela Sedese, por meio da Subsecretaria de Esportes (SUBESP), em parceria com uma prefeitura municipal. Tem como objetivo incentivar a prática de atividades físicas, esportes e lazer, com foco no esporte de participação. Em 2022, o JIMI será voltado exclusivamente para Pessoas com Deficiência (PCD), por meio do JIMI Paradesporto (JIMIP), para desenvolver as modalidades paradesportivas no Estado, despertando talentos para o esporte.

A competição ocorrerá entre os dias 04 e 06 de novembro, no município de Juiz de Fora, com capacidade para 200 participantes. A escolha do município sede ocorreu por meio de chamamento público divulgado do site da Sedese, as inscrições foram prorrogadas tendo como único inscrito o município de Juiz de Fora, aprovado pelo comitê responsável após análise da documentação exigida no Caderno de Encargos. As inscrições para os municípios ocorreram até o dia 17/06/2022 e ficam abertas até 29/06/2022 para atletas. A edição contará com duas modalidades: atletismo e natação. Para viabilizar a política, foi celebrado Termo de Colaboração com uma Organização da Sociedade Civil (OSC), que está responsável pela execução dos Jogos.

ICMS Esportivo

O ICMS Esportivo é um dos critérios de repasse de ICMS aos municípios, com base na Lei nº 18.030/2009. O instrumento de fomento à prática esportiva em Minas Gerais garante aos municípios que comprovam a participação ou a realização de programas/projetos recursos que podem ser investidos no próprio esporte, potencializando a qualidade de vida da população. O pré-requisito para participação no programa é a comprovação do pleno funcionamento do Conselho Municipal de Esportes. Cada município participante recebe recursos de acordo com as atividades esportivas que realiza, com investimento que pode ser superior a R\$ 14 milhões em 2022.

Em 2022, 297 municípios estão recebendo recursos semanalmente pelo ICMS Esportivo, com base nas 4.077 ações esportivas realizadas em 2020 e comprovadas em 2021, com atendimento de aproximadamente 248 mil pessoas. Foram repassados R\$ 4,7 milhões de janeiro a abril de 2022.

Lei de Incentivo ao Esporte

A Lei Estadual de Incentivo ao Esporte é um programa de fomento ao esporte, por meio do qual o Governo de Minas Gerais reserva parte de sua arrecadação com o ICMS (R\$ 24 milhões/ano), para que empresas contribuintes apoiem projetos esportivos apresentados por entidades e prefeituras e aprovados pela Sedese. As atividades desempenhadas pela equipe técnica, desde a análise de projetos até a prestação de contas, não foram interrompidas na pandemia.

Até maio de 2022, foram captados R\$ 11,2 milhões, e o limite para captação é de R\$ 24,9 milhões. Foram realizados, nesse mesmo período, 141 projetos esportivos, executados em 34 municípios diferentes, sendo que 50 projetos iniciaram no ano corrente.

Como previsto na Lei nº 20.824/2013, 10% dos recursos captados são direcionados à Sedese para apoio a projetos com maior dificuldade de captação, a serem selecionados por edital. Para 2022, são investidos R\$ 2,4 milhões para esta finalidade, sendo o maior valor previsto desde o primeiro ano da Lei de Incentivo. Com isso, será possível alcançar municípios de menor IDH, desconcentrando os recursos oriundos da Lei de Incentivo.

Geração Esporte

O Geração Esporte é um programa de incentivo à prática de atividades físicas, esportes e lazer, com foco educacional, por meio de atividades esportivas, paradesportivas e práticas corporais, visando promover o desenvolvimento e inclusão social dos educandos nos núcleos implantados nos municípios selecionados por edital.

As ações são realizadas no contraturno escolar, orientadas por profissionais de Educação Física (licenciados e/ou bacharéis) que ministram conteúdos de diversos esportes e atividades recreativas, desenvolvendo os valores fundamentais para a formação do cidadão. Trata-se de programa voltado para prefeituras municipais e que beneficia crianças e adolescentes com e sem deficiência de 6 a 14 anos de idade, de ambos os sexos, comprovadamente matriculados e frequentes em escolas públicas (estaduais/municipais) ou particulares com bolsa de estudo.

Em 2022, iniciou-se a execução conjunta dos editais de 2019, 2020 e 2021 do programa, totalizando a formalização de 102 convênios de núcleos esportivos (com capacidade de atender até 10.200 educandos), em diferentes cidades do Estado, sendo 30 municípios pertencentes ao “Percurso Gerais: Trajetória para Autonomia”, tendo em vista que as atividades estavam interrompidas em razão da pandemia de Covid-19. Ademais, houve o início das atividades de um município contemplado por Emenda Parlamentar e novos 4 estão em formalização para também terem início das atividades.

A Sedese pretende publicar novo Edital de seleção em 2022, de forma que, como nos editais anteriores, os municípios que fazem parte do Percurso Gerais tenham prioridade no processo de seleção. Os demais serão ranqueados por IDH-M, de acordo com as vagas disponíveis.

Melhor Geração

O Programa Melhor Geração tem como objetivo promover a prática de atividade física por idosos, contribuindo para a melhoria na qualidade de vida, tanto nos aspectos físicos quanto sociais. A ação consiste na implantação de núcleos de atividade física voltadas para idosos nos municípios de Minas Gerais, sendo as atividades conduzidas por um profissional de Educação Física. Espera-se atender cerca de 100 idosos por mês em cada núcleo implantado.

Atualmente, a Sedese possui 12 convênios com municípios da regional de Teófilo Otoni em vigência (5 pertencentes ao Percurso Gerais) e 17 convênios com municípios das regionais Salinas e Diamantina (todos pertencentes ao Percurso Gerais), totalizando 29 municípios atendidos.

Capacitações dos Gestores Municipais de Esporte

Em 2022, a SUBESP dá continuidade às capacitações de gestores municipais de esportes iniciada em 2021, com foco na captação de recursos para o fomento do esporte nos municípios e na apresentação das ações realizadas pela Subsecretaria. No exercício corrente, foram capacitados 147 gestores, de 79 municípios do Estado, com gasto orçamentário de R\$ 4.132,20, exclusivo para diárias para a equipe realizar capacitação presencial no interior, a pedido dos municípios.

7. Direitos Humanos

Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA)

A CIPTEA foi instituída pela Lei Federal nº 13.977/2020, com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social, às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O projeto da emissão da Carteira em Minas Gerais foi realizado por meio do Laboratório de Inovação em Governo (Lab.MG) e contou com a participação de equipes da Sedese e da Seplag. O sistema foi desenvolvido pela Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (Prodemge), por meio de contrato da Seplag com a empresa. A Carteira pode ser solicitada de forma virtual por qualquer cidadão e presencialmente nas 32 Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) desde 27/12/2021. Desde então, até 31/05/2022, 3.477 CIPTEAs foram emitidas a pessoas com TEA, abrangendo 322 municípios mineiros.

Sistema Estadual de Redes em Direitos Humanos (SER-DH)

O SER-DH integra órgãos governamentais e organizações não-governamentais na defesa e na promoção de direitos por meio da disponibilização gratuita do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos (SIMA) às instituições de atendimento (que garantem o cadastramento, encaminhamento e monitoramento dos casos de violências ocorridos contra cidadãos mineiros), e do [Portal SER-DH](#), que publica conteúdos com valores inclusivos e democráticos para a sociedade civil.

O objetivo do Sistema é estabelecer, em conjunto com atores governamentais e não-governamentais, ferramentas de fortalecimento, modelagem e integração de redes setoriais de promoção e proteção de direitos. Essa é uma proposta que visa conhecer o real cenário mineiro de violações de direitos e, ao mesmo tempo, construir mecanismos e instrumentos de modelagem de redes que tornem os direitos humanos plenamente exigíveis e passíveis de proteção.

São três eixos centrais:

- I. Integração de Redes, a partir do SIMA;
- II. Articulação de Redes, por meio da modelagem regional da rede de proteção, promoção e defesa dos Direitos Humanos e da confecção de acordos de cooperação técnica com entidades governamentais e não-governamentais;
- III. Incidência Política, por meio do suporte técnico aos municípios e disponibilização de espaço para aprimoramento técnico dos profissionais e para a disseminação de um conteúdo qualificado que fomente discussões em Direitos Humanos.

Entregas realizadas de janeiro a maio de 2022:

- SIMA implantado em 52 novas portas de entrada governamentais e não governamentais (sendo 4 entidades vinculadas ao projeto Banco de Empregos - A Vez Delas e 47 Superintendências de Ensino e a própria Secretaria de Estado de Educação - SREs);
- 1.539 casos de violência registrados e monitorados, sendo que 218 casos cadastrados em 2022 estão com monitoramento em andamento e os demais foram concluídos;
- 85,74% de índice de resposta dos órgãos acionados em encaminhamentos dos casos de violências;
- 342 ações de promoção cadastradas;
- 55 conteúdos publicados no Portal SER-DH;
- 56.455 acessos ao Portal SER-DH (realizados pela população de Minas Gerais, pela população de todos os demais Estados brasileiros e por pessoas de 37 países no mundo);
- Curso de qualificação SER-DH construído e disponibilizado para as escolas estaduais de Minas Gerais e Superintendências Regionais de Ensino (curso previsto no Acordo de Cooperação Técnica entre SEE e Sedese). O curso para SREs aconteceu de 20/12/2021 até 31/03/2022 e formou 148 servidores. A capacitação das escolas está acontecendo de forma gradual, sendo que a primeira turma iniciou em 17/05/2022, com previsão de término em 16/07/2022. Nesta edição, 4.293 servidores estão realizando o curso.

Além disso, desde dezembro de 2019 (piloto da implantação do SIMA) até 31/05/2022, 8.699 casos de violência foram registrados e monitorados, e 2.042 ações de promoção em direitos humanos foram cadastradas. Desde o lançamento do SER-DH, em 05/05/2020 até 31/05/2022, foram disponibilizados 2.235 conteúdos no Portal SER-DH, que resultaram em 345.004 acessos.

Centro Integrado de Atendimento à População em Situação de Rua

O Centro Integrado de Atendimento à População em Situação de Rua objetiva implementar ações para superação da situação de rua, proporcionando uma política efetiva que garanta possibilidades de acesso a trabalho, emprego e renda, moradia, promoção de direitos, garantia da dignidade humana e prevenção de agravos de ordem de saúde, econômica, psicossocial e de segurança.

O projeto foi desenvolvido a partir da experiência exitosa com o “Centro Emergencial Canto da Rua”, em 2020, que foi um espaço de articulação de uma rede humanitária junto à população em situação de rua em Belo Horizonte para enfrentamento à pandemia da Covid-19, instalado na Serraria Souza Pinto, que atendeu 9.868 pessoas, por meio de 235.197 atendimentos.

O Centro Integrado será financiado com recurso de emenda parlamentar, disponibilizada para a Sedese no exercício de 2021, no valor de R\$ 5 milhões, e implantado em terreno do Estado, no bairro Horto, cedido para a Pastoral Nacional do Povo da Rua, com a qual foi celebrado Termo de Fomento com vigência até 28/12/2023.

Houve, neste ano, realização das primeiras medidas de ordem estrutural no terreno, tais como: limpeza, cercamento, instalação de iluminação, religamento da água, contratação de empresa de segurança para guarda do local e cotação e contratação do projeto arquitetônico. Encontra-se em

andamento a aquisição de bens e materiais permanentes para implementação das etapas do projeto e utilização integral do espaço.

O projeto foi apresentado à sociedade civil, órgãos e entidades parceiros, bem como ao Ministério Público de Minas Gerais, com vistas a atrair parceiros, de modo a captar recursos para viabilização da manutenção do projeto em período posterior ao da vigência do instrumento jurídico.

A realização do atendimento à população está prevista para o exercício de 2023, por conta das vedações eleitorais previstas no art. 73, da Lei nº 9.504/1997 sobre a distribuição gratuita de bens, valores e benefícios no ano das eleições.

Cabe pontuar que, paralelamente, está prevista para 2023 a capacitação de profissionais e rede da sociedade civil, sobre o modelo de atenção à população em situação de rua “Moradia Primeiro”, referenciado pela metodologia *housing first*. Serão capacitados profissionais e rede da sociedade civil organizada que atuam na rede de atenção à população em situação de rua, abrangendo os 13 municípios com maior concentração dessa população: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Contagem, Uberlândia, Poços de Caldas, Governador Valadares, Sete Lagoas, Betim, Divinópolis, Montes Claros, Uberaba, Ipatinga e Pouso Alegre (na ordem de maior para menor concentração de pessoas em situação de rua). A capacitação será financiada com recurso captado pela Sedese por meio de convênio de entrada com a União no valor de R\$ 102.040,82. A ação vai ao encontro da Lei nº 24.082/2022, que prevê a adoção de ações de moradia como primeira etapa da política de atendimento à pessoa em situação de rua.

Ações da Coordenadoria de Promoção da Cidadania LGBTQIA+

A Sedese, com o objetivo de promover a inclusão do público LGBTQIA+ e apoiar a construção de uma sociedade igualitária e tolerante com a diversidade, desenvolveu, ao longo do primeiro semestre de 2022, parcerias com as Secretarias de Estado de Cultura e Turismo (Secult) e de Justiça e Segurança Pública (Sejusp).

Uma das ações desenvolvidas por meio de parcerias foi a 2ª Campanha de Respeito à Diversidade, realizada em conjunto com a Secult e com a Rede Minas, em abril de 2022, que teve como objetivo combater o preconceito, a discriminação e a violência contra a comunidade LGBTQIA+. Produzido pela Rede Minas, o vídeo de lançamento da campanha contou com a participação de grandes artistas ativistas do movimento e teve veiculação em canal aberto de TV e spot em rádio.

Já as parcerias com a Sejusp perpassam pela realização de capacitações na temática LGBTQIA+ para Policiais Penais e Policiais Civis, pela atuação permanente da Coordenadoria Estadual de Promoção dos Direitos LGBTQIA+ na Penitenciária Jason Soares Albergaria, na inclusão do segmento LGBTQIA+ no REDS (B.O.) e respectivas terminologias, de forma extensiva ao Armazém e à Base Integrada de Segurança Pública (BISP) e, por fim, na elaboração de Projeto de criação da Delegacia Virtual da PCMG para a população LGBTQIA+.

Além disso, pensando em ações mais eficazes para a diminuição da violência contra a comunidade, foi instituída a Comissão Estadual de Políticas de Enfrentamento às Violações Relativas à Orientação Sexual e à Identidade de Gênero das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Interssexuais, Queer, Assexuais e Outras Formas de Expressões e/ou Identidades de Gênero no Estado de Minas Gerais (CEPEV-LGBTQIA+).

8. Políticas sobre Drogas

Plano Mineiro Intersetorial de Políticas sobre Drogas

O Plano Mineiro Intersetorial de Cuidados/Tratamento e Prevenção do Uso/Abuso de Álcool, Tabaco e outras Drogas representa um marco dos esforços empreendidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais para a entrega de serviços e ações à sociedade, por meio de uma política pública eficaz de enfrentamento ao fenômeno do uso/abuso de álcool, tabaco e outras drogas.

O Plano reúne conceitos, marcos legais, diretrizes, objetivos e um conjunto de estratégias/intervenções no campo da prevenção às drogas, nos seus diferentes níveis, com vistas a induzir as políticas de cuidados/tratamento e prevenção junto aos 853 municípios de Minas Gerais, com foco no fortalecimento dos fatores de proteção do uso/abuso de álcool, tabaco e outras drogas, especialmente em atenção a crianças, adolescentes e jovens.

O documento é resultado de todo o esforço empreendido pela Câmara Estadual Integrada de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas, a qual contou com o assessoramento da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e das Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG) e de Juiz de Fora (UFJF).

Os princípios orientadores do Plano são: a intersetorialidade das políticas públicas; o trabalho em rede; o embasamento em evidências científicas; o reconhecimento dos marcos legais; a democratização do acesso das pessoas que usam/abusam e/ou com quadro de dependência de álcool, tabaco e outras drogas aos diferentes dispositivos de cuidados/tratamento, inclusive aqueles ofertados pelas OSCs; o fortalecimento da agenda de prevenção do uso/abuso de substâncias psicoativas, com especial atenção a crianças, adolescentes e jovens; a colaboração entre os entes federados e a sociedade civil; a avaliação e monitoramento das políticas públicas; e o estímulo ao controle social.

O Plano Mineiro Intersetorial de Cuidados/Tratamento e Prevenção do Uso/Abuso de Álcool, Tabaco e outras drogas conquistou o 3º lugar na 5ª edição do Prêmio Inova Minas, na categoria Ideia Inovadoras Implementáveis. O Prêmio, idealizado pela Seplag, em parceria com o BDMG e com a OGE, tem como objetivo estimular a proposição de ideias inovadoras e a implementação de iniciativas de sucesso criadas por servidores, que promovam ações de simplificação e desburocratização de processos governamentais, visando a transformação e a melhoria dos serviços públicos com foco nas necessidades dos usuários.

A entrega do documento físico foi realizada aos 853 municípios mineiros, por meio de articulação com as 22 Regionais Sedese, conforme disposto abaixo:

- 09/11/2021 a 11/11/2021: Regional Sedese Metropolitana (54 municípios);
- 23/11/2021 a 26/11/2021: Regionais Sedese Teófilo Otoni, Almenara, Araçuaí e Salinas (82 municípios);

- 26/01/2022 e 28/01/2022: Regionais Sedese Curvelo, Diamantina e Montes Claros (114 municípios);
- 08/02/2022 e 09/02/2022: Regionais Sedese São João Del Rei e Juiz de Fora (116 municípios);
- 08/03/2022 e 09/03/2022: Regionais Sedese Timóteo e Governador Valadares (133 municípios);
- 30/03/2022 e 31/03/2022: Regionais Sedese Divinópolis e Passos (90 municípios);
- 07/04/2022 e 08/04/2022: Regionais Sedese Paracatu e Patos de Minas (37 municípios);
- 11/05/2022: Regionais Sedese Uberaba, Uberlândia e Ituiutaba (49 municípios);
- 03/06/2022: Regionais Sedese Varginha e Poços de Caldas (114 municípios);
- 09/06/2022: Regional Sedese Muriaé (64 municípios).

9. Planos Estaduais

Implementar políticas baseadas em evidências é um dos princípios norteadores da atuação da Sedese. Os Planos Estaduais em elaboração serão importantes ferramentas para a orientação e condução das políticas da Secretaria, trazendo diagnósticos precisos e cursos de ação estratégicos para os temas a seguir.

Plano Estadual de Combate à Pobreza - 2022-2023

Como estratégia de enfrentamento à complexa temática da pobreza no Estado de Minas Gerais, a Sedese está elaborando o Plano Estadual de Combate à Pobreza. Este anseio foi manifesto no 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza de 2021 e, desde então, a Secretaria busca parcerias para viabilizá-lo. O prazo para sua construção é de um ano, pensado em conjunto com outros órgãos e entidades estaduais, como FJP e Seplag, por meio do Lab.MG.

O processo de elaboração foi dividido nas etapas apresentadas abaixo, sendo que, até o momento, as cinco primeiras foram executadas:

- I. Detalhamento do plano de trabalho;
- II. Breve definição do posicionamento estratégico da Sedese;
- III. Revisão das principais conceituações de pobreza em voga;
- IV. Validação conjunta da noção de pobreza orientadora do plano;
- V. Contextualização da pobreza (diagnóstico e benchmarking);
- VI. Definição de metas;
- VII. Definição das áreas estratégicas e plano de ação;
- VIII. Submissão do projeto à consulta pública e incorporação de contribuições;
- IX. Plano de M&A e governança;
- X. Pactuação e lançamento.

No atual momento, está em curso a definição das áreas estratégicas e ações, bem como das metas. Vale destacar que a Sedese está mobilizando as submetas da Agenda 2030 para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 1 (Erradicação da Pobreza) como referência para definição das metas do Plano.

Plano Estadual de Políticas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais

O Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais (Comitrate/MG), com o apoio da Sedese, está em processo de elaboração do 1º Plano Estadual de Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais. O Plano tem como objetivo potencializar a estratégia pública de atenção e integração à população refugiada, migrante, apátrida e retornada em Minas Gerais e norteará as políticas públicas para a pauta de migração

que, em Minas Gerais, está sob a responsabilidade da Subsecretaria de Direitos Humanos (SUBDH), por meio de sua Diretoria de Políticas de Proteção e Reparação dos Direitos Humanos (DPRDH).

Tendo como um dos princípios orientadores a construção democrática e participativa das políticas públicas, a elaboração do Plano Estadual teve início em novembro de 2020, com a instituição de Grupo de Trabalho de Planejamento (GT-PLA), que é composto por atores da sociedade civil, de organizações internacionais e do Governo do Estado, além de participantes do Comitê/ MG. Ao Grupo foi incumbida a propositura das etapas e cronograma de elaboração do 1º Plano Estadual, que contam com o apoio e validação pela plenária do Comitê/ MG e pela Sedese, por meio da Comissão Organizadora do Plano Estadual (Cope), instituída para esse fim.

Por meio de chamada pública, foram realizadas, em novembro de 2020, 21 conferências livres, que contaram com 516 participantes, dos quais 278 eram refugiados, migrantes ou apátridas, a maioria proveniente de países das Américas do Sul e Central (Venezuela, Haiti e Peru), bem como representantes da Síria, Líbano e Indonésia. Além destes, também participaram brasileiros retornados, ou seja, brasileiros que já viveram fora do Brasil e que retornaram (voluntariamente ou não). Ao todo, 29 nacionalidades estiveram representadas nas conferências, sendo que a maior parte dos encontros foi realizada de forma virtual, conforme as recomendações sanitárias de prevenção à Covid-19.

Como resultado dessa primeira rodada de conferências livres, a Cope recebeu 426 propostas, divididas entre nove eixos temáticos, as quais foram analisadas ao longo de 2021, e que subsidiaram a elaboração do texto preliminar do Plano Estadual, que contou ainda com suporte de consultoria especializada contratada pela Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para Refugiados, com apoio da Organização Internacional para as Migrações. Após a finalização desta etapa em janeiro de 2022, foi aberta a segunda consulta pública do processo, desta vez para aprovação do Plano. A previsão para o lançamento é em novembro de 2022.

Plano Estadual da Primeira Infância

O Plano Estadual da Primeira Infância é o instrumento que permitirá otimizar a execução, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas voltadas às crianças de 0 a 6 anos, no Estado de Minas Gerais.

Em fase inicial, foi realizada a composição de grupo de trabalho e realização de *benchmarking*, por meio do levantamento de dados e percepções junto às diferentes Secretarias de Estado e diálogo com referências nacionais sobre a primeira infância (Fundação Cecília Souto Vidigal e Fundação Bernard Van Leer, por exemplo) e articulação com o Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância (SNAPI), do Ministério da Cidadania e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Além disso, está em desenvolvimento a contextualização da primeira infância em Minas Gerais, por meio de diagnóstico focado nas temáticas prioritárias elencadas pelo Marco Legal pela Primeira

Infância - Lei Federal nº 13.257/2016. Após a conclusão desta etapa, está prevista a elaboração de um documento síntese com o quadro lógico do Plano Estadual e a definição de metas, a definição do Plano de Ação, o Plano de Monitoramento e Avaliação, a consulta pública e o lançamento.

10. Execução das Emendas Estaduais

Em relação às emendas parlamentares, foram indicados recursos às áreas de Direitos Humanos, Assistência Social e Esportes, conforme observado no quadro abaixo:

Emendas por temática - Referência 2022						
	EMENDA EXTRA		EMENDA IMPOSITIVA		TOTAL	
SUBSECRETARIA	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE
Assistência Social	R\$ 4.260.402,67	28	R\$ 280.000,00	2	R\$ 4.540.402,67	30
Direitos Humanos	R\$ 418.210,66	4	R\$ 0,00	0	R\$ 418.210,66	4
Esportes	R\$ 7.781.168,00	31	R\$ 250.000,00	1	R\$ 8.031.168,00	32
Total	R\$ 12.459.781,33	63	R\$ 530.000,00	3	R\$ 12.989.781,33	66

Fonte: Elaboração própria

Em função da variedade de pautas e temas de atuação da Sedese, as indicações são distribuídas em diversos objetos, como pode ser observado no quadro de classificação a seguir:

Emendas por tipo de objeto - Referência 2022 (impositivas e extras)		
OBJETO DA EMENDA	VALOR	QTDE
AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO	R\$ 250.000,00	3
AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO E SERVIÇOS	R\$ 681.168,00	4
AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES	R\$ 4.658.613,33	33
REFORMA OU OBRA	R\$ 7.400.000,00	26
TOTAL	R\$ 12.989.781,33	66

Fonte: Elaboração própria

A listagem apresentada do quadro abaixo considera as indicações de emendas parlamentares durante o ano de 2022, em tramitação até 31/05/2022:

Emendas por tipo de Instrumento - Referência 2022 (impositivas e extras)		
TIPO DE EMENDA	VALOR	QTDE
CONVÊNIOS (PREFEITURAS)	R\$ 12.989.781,33	66
TERMO DE FOMENTO (PARCEIROS)*	R\$ 0	0
TOTAL	R\$ 12.989.781,33	66

Fonte: Elaboração própria

* No ano de 2022, conforme legislação, há vedação eleitoral para celebração, termo aditivo para reprogramação, ampliação, ou aporte de recursos com as OSCs, com exceção para os programas de ação continuada, conforme Resolução Conjunta SEGOV/SEC-GERAL/AGE nº 01/2022.

CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS - EVOLUÇÃO 2019-2022					
	2019	2020	2021	2022	Total
Parcerias Impositivas	323	29	376	0	728
Parcerias Extras	61	2	129	0	192
Total	384	31	505	0	920

Fonte: Elaboração própria

CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS - EVOLUÇÃO 2019-2022					
	2019	2020	2021	2022	Total
Convênios Impositivas	70	288	25	3	386
Convênios Extras	9	5	15	63	92
Total	79	293	40	66	478

Fonte: Elaboração própria

Em grandes números, percebe-se o aprimoramento da Sedese na celebração de emendas desde 2019 até 2021. Ressalta-se que os números para o ano de 2022 são parciais, levando em consideração as celebrações realizadas até o mês de maio. Segue detalhamento da série histórica:

Instrumentos celebrados:

- I. 2019: 463;
- II. 2020: 324;
- III. 2021: 545 celebrados e pagos;
- IV. 2022: 66 indicações em trâmite, aguardando as propostas no SIGCON.

Valores pagos:

- I. 2019: R\$ 30.472.352,51;
- II. 2020: R\$ 17.807.983,42;
- III. 2021: R\$ 49.073.135,57 celebrados e pagos;
- IV. 2022: R\$ 12.989.781,33 em trâmite, aguardando as propostas no SIGCON.